

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ORDEM DO DIA
 - 1.1 - Plenário
- 2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 - ERRATAS



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/2/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do “Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais”.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/2/2011

A Deputada Rosângela Reis - Cumprimento o Exmo. Presidente Deputado José Henrique, os Deputados presentes, a TV Assembleia e todos os mineiros que nos assistem.

Primeiramente quero parabenizar a Mesa e os demais Deputados eleitos para esta 17ª Legislatura. Meu desejo é que todos tenham um mandato exitoso, cheio de sucesso, e que esta Casa Legislativa continue trabalhando com transparência, seriedade e que seja a âncora, um dos pilares para o desenvolvimento dos trabalhos que serão realizados nestes próximos quatro anos.

Como estamos iniciando um novo mandato nesta Casa Legislativa, tenho que, em primeiro lugar, agradecer a Deus por ter-me ajudado até este momento a chegar até aqui. Trata-se de uma missão de vida, pois é assim que encaro o papel de representante do



povo. É uma missão divina e, portanto, uma tarefa sagrada que pretendo continuar honrando com toda a minha fé e coragem. Cabe a mim também agradecer a generosidade do povo mineiro, especialmente aos cidadãos e às cidadãs dos 263 Municípios que depositaram em nosso trabalho mais um voto de confiança.

Quero enfatizar também minha gratidão aos Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas que estiveram lado a lado conosco nessa longa e difícil jornada que foi a campanha eleitoral de 2010. Essa campanha foi marcante, sobretudo porque, em plena batalha eleitoral, tive de arrancar do lugar mais profundo de minha alma forças necessárias para superar a dor do falecimento de minha mãe, Ponciana de Oliveira Bragança, parteira da cidade de Mesquita, minha terra natal. De minha mãe herdei o sangue de mulher guerreira, o DNA de amor ao próximo e do serviço à comunidade. Ofereço minha vitória nas urnas em sua homenagem e, diante do seu exemplo, reforço aqui o meu compromisso de dar continuidade ao seu trabalho pelos mais necessitados.

Foi imbuída desse espírito solidário que me dediquei a buscar investimentos para mudar a vida dos nossos irmãos e cidadãos durante o primeiro mandato. Apresentamos emendas parlamentares para investimentos na educação, com obras de reforma e construção de escolas, quadras e coberturas, laboratórios e outras melhorias - nada menos que 80 escolas estaduais de Municípios como Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Santana do Paraíso, Mesquita, Belo Oriente, Marliéria, Antônio Dias, Braúnas e Joanésia. Apoiamos mais de 200 entidades assistenciais com o repasse de verbas, recursos utilizados para construção e reforma de imóveis, compra de veículos, computadores, televisores, geladeiras, aparelhos de som, fogões e cadeiras de rodas. Intervimos e garantimos recursos junto ao governo estadual para a execução de obras de pavimentação - por meio do Processo -, de saneamento básico, de iluminação, entre outras fundamentais para a região do Vale do Aço e Leste mineiro. Nas áreas de saúde e segurança, contribuimos com a indicação de viaturas, ambulâncias, equipamentos e medicamentos que garantem a tranquilidade das nossas famílias. Conquistamos também, por meio do apoio do Dr. Fernando Miranda, a implantação de várias agências dos Correios para os Municípios e o programa Energia do Bem, da Cemig e do governo de Minas, que permitiu a instalação de equipamentos, como aquecedores solares, lâmpadas, geladeiras e chuveiros especiais. Com esses aparelhos houve uma economia de energia de até 50% para as entidades sociais, como asilos, creches, casas de passagem, centros de recuperação de dependentes químicos, além de hospitais. Aprovamos a Lei do Voluntariado Transformador, Lei nº 18.716, que está em vigor desde 9/1/2010. Por meio dela, o Estado passa a ter a responsabilidade de ajudar a preparar cidadãos e instituições para a prática do voluntariado transformador, motivo de orgulho para todos nós, mineiros, principalmente porque já estamos vivenciando os preparativos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Realizamos várias audiências públicas defendendo os trabalhadores, as crianças, os jovens, os portadores de necessidades especiais, os idosos, as mulheres vítimas de violência, as famílias.

Diante de tudo isso, encerrei meu primeiro mandato com uma avaliação positiva e a sensação de dever cumprido, mas também com a certeza de que é possível e é preciso fazer ainda mais.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Quero registrar que, enquanto Subsecretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, andei muito pelo Vale do Aço, onde era notória e destacada sua ação parlamentar. V. Exa. soube usufruir bastante do excelente governo que Aécio Neves realizou, bem como do governo Anastasia, trazendo inúmeros benefícios para as camadas sociais mais carentes. O projeto Conviver, da Cemig, atende as pessoas mais necessitadas, trazendo alegria e conforto para essa população. Registro na Casa a brilhante ação parlamentar de V. Exa. no Vale do Aço.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada. Sabemos que ainda temos muito a fazer, mas reafirmamos que temos fôlego e compromisso para fazer um trabalho em parceria com o governo do Estado e os Deputados desta Casa. Que o povo, que nos colocou aqui democraticamente por meio do voto, possa estar satisfeito com a missão que realizaremos nesta Casa.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre Deputada, é com muita alegria que faço este aparte. Primeiramente, com um sentimento cristão, desejo manifestar minha solidariedade com V. Exa. nas saudades de sua mãe. V. Exa. guarda uma saudade gostosa devido ao enorme exemplo e educação que ela lhe deu, principalmente pelo desejo de servir aos mais carentes e necessitados. Receba nosso afeto cristão e amor fraterno por esse sentimento que V. Exa. manifestou.

Em segundo lugar, quero falar sobre a alegria do povo mineiro, principalmente do Vale do Aço, pelo seu retorno a esta Casa, pelo seu trabalho e serenidade, por ser uma pessoa equilibrada e moderada, cuja tranquilidade invejamos. Que Deus lhe dê muita saúde e luz, para que continue brilhando e trabalhando, principalmente pelos mais carentes de Minas, e mais ainda pela sua querida região do Vale do Aço, onde está inserida a sua Ipatinga. Sucesso e que Deus a abençoe sempre.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada. Tenho aprendido muito nesta Casa com V. Exa. Sou de uma família de 13 irmãos e busco fazer o melhor possível, trabalhando em sintonia e parceria com os Deputados, respeitando os mais antigos. Que possamos fazer um trabalho contínuo e progressivo para atingir os resultados esperados.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigada. Saúdo V. Exa. pelo seu retorno merecido. É uma garantia tê-la como colega parlamentar, por sua experiência na vida pública, defendendo sua região com tanto denodo e vontade. Particularmente, tenho um carinho muito especial por V. Exa., porque participou ativamente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, em que teve um papel muito significativo, e na Comissão do Trabalho, que tão bem presidiu. Fico muito feliz com a presença de V. Exa., que trará a todos nós a garantia de continuidade do trabalho, a lealdade, a amizade e a sensibilidade feminina. Aprecio a serenidade de V. Exa. em seus pronunciamentos e declarações. Isso é muito importante. Trata-se da voz de uma mulher que, por meio do equilíbrio, traz para todos muitos momentos convergentes na política mineira. Deus abençoe novamente o seu mandato, que nos traz uma alegria imensa. Felicidades.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Também estou muito feliz por continuar neste Parlamento com V. Exa., que executou um brilhante trabalho na Comissão de Constituição e Justiça. E ainda gostaríamos que continuasse fazendo parte dessa Comissão, mas, como V. Exa. mesmo disse, temos de dar oportunidade para outros Deputados. Neste Parlamento há outros colegas que também podem contribuir com a Comissão, entretanto quero fazer um pedido a V. Exa. para que continue participando dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça. Sei que realizou trabalhos difíceis, os quais lhe tomaram muito tempo. Espero que V. Exa. continue acompanhando o trabalho dessa Comissão.



A Deputada Liza Prado (em aparte) - Gostaria de lhe desejar muito sucesso neste mandato. Fico muito contente em compartilhar este Plenário com V. Exa., que é uma pessoa muito tranquila. Estaremos juntas na bancada feminina discutindo temas - aliás, alguns propostos por V. Exa., os quais considero muito importantes. Poderemos discutir sobre a participação da mulher no poder, a diferença que fazemos quando chegamos a um parlamento, a uma tribuna, o que podemos fazer de novo para avançarmos nas conquistas e lutas que as mulheres têm travado, uma vez que tantas derramaram seu sangue para termos esta liberdade hoje. Estamos convivendo há poucos dias, mas tenho uma agradável sensação em estar ao seu lado, pois é muito comprometida. Tenho certeza de que realizaremos trabalhos importantes para o nosso Estado. Parabéns!

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada, Deputada.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Também gostaria de dizer que estou muito feliz com sua eleição, Deputada Rosângela. Somos apenas cinco Deputadas. Temos um desafio no Brasil, único país do mundo que se democratizou com a presença ativa das mulheres, que hoje ocupam um espaço considerável na sociedade, mas não conseguiram romper a barreira da participação nos espaços de decisões políticas, como nos parlamentos e no Executivo. V. Exa. está fazendo história com a sua reeleição, como também as Deputadas Maria Tereza Lara e Ana Maria Resende, que são veteranas. Eu e a Deputada Liza Prado estamos chegando. A sua reeleição, além de ser um fato importante para os eleitores, principalmente os do Vale do Rio Doce, Ipatinga e região, também tem um simbolismo para todas as mulheres mineiras e brasileiras, o de ter sido uma mulher que rompeu a barreira do poder e que agora está aqui representando todas nós, mulheres. Parabéns e sucesso em seu mandato.

A Deputada Rosângela Reis - Obrigada, Deputada Luzia Ferreira. Os próximos quatro anos chegam com a firme convicção de que vou empenhar-me diuturnamente, desdobrar-me, para atender às expectativas da nossa população. É hora de renovar o espírito e de reafirmar nossa aliança com milhões de mineiros que esperam muito de mim como parlamentar, com a sensibilidade da mulher e mãe que não medirá esforços para representá-los. Desde o primeiro até o derradeiro dia desse novo mandato, seguirei movida pela vontade de ir além das conquistas dos primeiros quatro anos. Para isso, estabeleci um plano de metas com as minhas prioridades máximas, como a consolidação da Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA -, com a implantação da agência metropolitana. Ocupamos o 11º lugar do PIB do Brasil, portanto lutamos pelo reconhecimento por parte do Estado e da União dessa importância. Com a metropolitanização, haverá tarifas comuns para o transporte e a telefonia, cooperação na saúde, na educação e na área social.

Ou seja, teremos condições de minimizar as desigualdades existentes entre os Municípios. Alguns têm baixos índices de desenvolvimento humano, sérios problemas de infraestrutura e de saneamento básico, sistema de saúde precário, falta de vagas nas escolas públicas, desemprego, falta de moradias, jovens em situação de vulnerabilidade, problemas com drogas, como o “crack”, que está afligindo as famílias. O crescimento desordenado da região e a conurbação entre os Municípios faz com que novos investimentos devam ser realizados. Um apoio maior do Estado e do governo federal, por meio dos programas de governo, faz-se necessário para melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali residem.

Além da Região Metropolitana, defendemos a geração de empregos e a qualificação profissional com a implantação de centros de formação profissional e incentivos para o emprego; a implantação da vara especializada da mulher, do Centro Viva a Vida, do centro de internação de adolescentes, do Hemocentro; a consolidação dos Arranjos Produtivos Locais - APLs - e do setor metal-mecânico do Vale do Aço; e a extensão do câmpus universitário para o Vale do Aço. Almejamos também realizar o grande sonho de todo o Leste mineiro: a duplicação da BR-381, para por fim às tragédias diárias que consomem as vidas dos nossos entes queridos.

A duplicação significa mudar o nome dessa estrada, que nos acostumamos a chamar de estrada da morte, rodovia assassina. Ela será denominada caminho para a vida e para o desenvolvimento social e econômico do Vale do Aço e de todos os Municípios do Leste mineiro.

Deixo registrado aqui nosso empenho. Pedimos o apoio dos novos Deputados para a continuidade da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Essa frente foi criada em 2007, logo que entrei nesta Casa. Tivemos aqui várias ações e movimentos realizados desde as audiências públicas da Casa, movimentos de paralisações na BR-381. Oficiamos o Ministério Público Federal para que tomasse medidas de sinalização, porque temos perdido várias vidas ali.

Registro aqui essa notícia de jornal do dia 28 de janeiro. É mais uma tragédia familiar que aconteceu com a Sra. Sílvia Heringer, que perdeu dois filhos e sua própria mãe em uma tragédia na BR-381. Essas tragédias têm acontecido diariamente. Essa perda é dos familiares também, que ficam inconsolados com a morte de seus entes queridos. Cada acidente desses é como se acontecesse conosco. Sabemos que a BR-381 está com um tráfego antigo e que a rodovia foi melhorada, mas precisamos realmente de sua duplicação, que está na agenda da Presidente Dilma Rousseff.

No entanto queremos dar continuidade para que essa luta possa chegar até os Ministérios do Planejamento e dos Transportes, até o DNIT e até a própria Presidência da República. Portanto queremos pedir prioridade, urgência na duplicação da BR-381. Gostaria de deixar, de público, Sr. Presidente, o que consta nos jornais: “A má gestão emperra obras na BR-381”. Em 2003 foi feito um pedido pelo Ministro do Planejamento. Uma Oscip foi contratada para fazer o projeto, mas ela não conseguiu concluir nem a terça parte dele. Acompanharemos tudo, juntamente com o Tribunal de Contas da União. Peço ao Deputado Carlin Moura, também votado na região, e aos outros Deputados: ajudem-nos a empunhar essa luta em prol da BR-381 para o desenvolvimento econômico da região e para evitar que tantas vidas sejam ceifadas. Muito abrigada e um abraço a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, bancada da imprensa, companheiros e companheiras da galeria, quero inaugurar minha presença nesta tribuna, como orador inscrito, em primeiro lugar para agradecer aos meus eleitores e eleitoras, que me proporcionaram a oportunidade de retornar à Assembleia Legislativa. Na legislatura passada, candidatei-me a Deputado Federal e terminei na primeira suplência do PT, sem assumir a cadeira de Deputado Federal. Por meio desse processo eleitoral, retornei a esta Casa, na qual já havia ocupado mandato por duas vezes. Fui por 8 anos Deputado Estadual. Então é um prazer retornar a esta Assembleia, o que faço com muita vontade de voltar a contribuir com esta Casa e com o povo de Minas Gerais, tanto em relação a projetos de lei que busquem melhorar as condições de vida de nosso povo como também



ajudando na organização da nossa sociedade. Enfim, exercer meu mandato parlamentar com a dignidade, com a ética e com a combatividade que sempre caracterizaram meu trabalho nesta Casa e também como Vereador em Belo Horizonte. É realmente prazeroso estar aqui de novo, o que agradeço aos eleitores e às eleitoras que me confiaram essa votação. Quero ainda saudar o conjunto de Deputados e Deputadas aqui presentes, o qual compõe esta Casa Legislativa. Portanto cumprimento tanto os Deputados que já foram meus colegas nesta Assembleia como também aqueles com os quais, pela primeira vez, trabalharemos. Espero ter sempre uma parceria com todos, independentemente das posições políticas que ora possam ser diferentes, desejando que, na maioria das vezes, elas sejam iguais. O importante é que as diferenças não atrapalhem nosso relacionamento pessoal e a amizade que certamente teremos com todos. Tenho expectativa muito grande de uma atuação conjunta com a totalidade de Deputados e Deputadas desta Casa. Por fim, agradeço a todos os servidores públicos que me ajudaram nesse processo de campanha, os agricultores familiares, trabalhadoras e trabalhadores que compõem uma parte importante do meu eleitorado. Fui sindicalista, Diretor do Sind-UTE e da CUT, mais recentemente Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que estreitou as minhas relações mais ainda com a luta pela reforma agrária e pela agricultura familiar. Quero honrar também os compromissos que fiz na campanha com esse setor do eleitorado mineiro, buscando, claro, sempre atender ao conjunto dos eleitores de Minas Gerais.

Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues. Fomos parceiros de diversas lutas e campanhas na Assembleia Legislativa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. Quero revelar a satisfação de vê-lo retornar a esta Casa. V. Exa. é um Deputado brilhante, combativo, que sempre honrou os seus mandatos. Chegamos juntos a esta Casa e tivemos a oportunidade de, após o término da CPI do Narcotráfico, em 2000, fundarmos a Comissão de Segurança Pública permanente nesta Casa, eu, V. Exa. e a nossa querida ex-companheira Deputada Elaine Matozinhos. Tenho excelentes recordações do trabalho de V. Exa., da parceria não só na CPI do Narcotráfico, mas também na Comissão de Segurança Pública, a qual tive a honra de presidir nos anos de 2003 e 2004. V. Exa. estava lá conosco ajudando a nós e aos demais colegas da comissão. Deixo aqui o meu fraternal abraço. V. Exa. nos engrandece retornando a este Parlamento. O trabalho que presta e vem prestando à sociedade mineira será novamente reconhecido aqui, como já o foi nas urnas. A Assembleia Legislativa ganha muito com seu retorno. Estamos prontos para ser companheiros, para ajudar, para auxiliar e para travar o bom debate, como sempre fizemos nesta tribuna, independentemente de V. Exa. estar hoje na Oposição e este Deputado na base do governo. Mas reconheço as qualidades de V. Exa., a maturidade e, de fato, a inteligência para defender, de forma brilhante, cristalina e, acima de tudo, com ética e com respeito, a coisa pública. Parabéns. Estamos prontos para juntos defendermos a sociedade mineira.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. lembrou algumas questões que ajudamos a encabeçar aqui na Assembleia Legislativa, como a CPI do Narcotráfico. Deu-nos muito trabalho, mas foi muito importante para Minas Gerais e para o conjunto das Polícias Civil e Militar, numa reorganização do sistema policial deste Estado. A CPI deu contribuições, às vezes até não compreendidas na época, mas as próprias Polícias Militar e Civil hoje agradecem o trabalho que fizemos para mostrar a valorização do bom policial. V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues, foi peça importante nessa CPI. Agradeço, Sr. Presidente e senhores parlamentares, a oportunidade que me deram os Deputados do PMDB, do PT, minha bancada, do PCdoB, do PRB ao me constituírem Líder do bloco de 23 Deputados que formamos aqui na Assembleia Legislativa. Foi um esforço grande para que pudéssemos unificar esse bloco. É o que disputou as eleições. Em Minas Gerais fomos derrotados na campanha eleitoral em torno da candidatura de Hélio Costa e Patrus Ananias, mas é um bloco que mostra a coerência de estarmos juntos na Assembleia Legislativa, com um programa definido, com o qual faremos oposição ao governo do Prof. Anastasia. Esse bloco de 23 Deputados se consolidou. Teremos, por conseguinte, uma reunião para discutir daqui a pouco as condições que queremos ter nas diversas comissões da Assembleia Legislativa. Agradeço a confiança dos Deputados desses partidos para que eu pudesse assumir, neste primeiro ano, a Liderança do Bloco Minas sem Censura. O Bloco tem a característica de ser oposição em Minas Gerais e, repito, com um programa. As críticas que faremos ao governo serão sempre de conteúdo. Não são e jamais serão pessoais. Será de conteúdo, de divergência programática. É assim que esperamos contribuir com Minas Gerais na condição de oposição no Estado. Certamente essa será a nossa característica. Se nos desviarmos disso, espero que os Deputados nos cobrem um posicionamento para que a oposição seja feita sempre com a característica de conteúdo programático no intuito de ajudar o nosso Estado e esta Casa Legislativa.

Além dessas características, o nosso Bloco tem também o traço de ser situação do ponto de vista nacional. Esperamos que ele dê à Presidenta Dilma condições de atuar em Minas Gerais da forma mais ampla possível. Buscaremos junto à Presidenta Dilma trazer para cá em abundância os programas sociais do seu governo, as obras do PAC e as intervenções em Minas. Certamente, sendo mineira - aliás, de Belo Horizonte - a Presidenta terá um grande carinho com o nosso Estado e o tratará de igual para igual com todos os Estados independentemente de ela ser do PT e o Governador Antonio Anastasia, do PSDB. Como bloco de situação nacional, queremos buscar facilitar também que esses programas cheguem a Minas Gerais com a condição e a semelhança programática que temos com a nossa Presidenta Dilma Rousseff. Então o nosso Bloco se apresenta com estas duas características: da Oposição e da Situação do ponto de vista nacional. Discutimos. Na verdade, são duas características importantes que devem compor agora a existência do nosso Bloco.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, é um prazer muito grande apartear-lo. Já tivemos o melhor dos convívios em outros mandatos - V. Exa. pela Oposição e nós defendendo a Situação. Estava seguindo atentamente o seu pronunciamento. Com inteligência costumeira e conhecimento habitual, V. Exa. vem agora mostrar a esta Casa o seu propósito elevado no intuito de manter um debate de alto nível, uma oposição com conteúdo. Queremos exatamente esse conteúdo e debates de alto nível. Certamente os teremos e estaremos sustentando a posição do governo Anastasia, que é um bom governo. Não temos dúvida alguma de que será um governo melhor ainda. No entanto, a oposição e a fiscalização são necessárias e particularmente desenvolvidas em alto nível. Nesse sentido ganha o governo, esta Casa e o Estado. Temos consciência de que, zeloso como é do seu dever, da sua atribuição e com a competência que lhe é peculiar, V. Exa. fará uma oposição responsável e com conteúdo, dentro do que é realmente da sua atribuição. Estaremos aqui debatendo com V. Exa. e todos os outros Deputados, procurando manter o alto nível para a grandeza desta Casa e do Estado.



O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Já fomos colegas e sempre tivemos aqui um respeito mútuo entre as nossas posições. O Deputado Bonifácio Mourão está também retornando agora. Tenho certeza de que poderemos contribuir com esta Casa independentemente de os posicionamentos não serem, às vezes, os mesmos; em grande parte coincidiremos em favor de Minas Gerais em muitos pontos que defendemos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente, telespectadores da TV Assembleia, pela primeira vez faço uso da tribuna nesta legislatura. Inicialmente quero saudar todos os colegas, especialmente os novos Deputados e as novas Deputadas que estão assumindo o mandato. Muitos já passaram por aqui outras vezes, mas alguns, de fato, são novatos. Certamente todos contribuirão, colaborarão para o desempenho conjunto desta Casa. O ambiente é favorável e vivemos um momento muito positivo em todo o País, e em Minas Gerais não é diferente. O que esperamos efetivamente é agir na linha a que se referiu o nosso Líder Rogério Correia. Aliás, gostaria de cumprimentá-lo, de forma especial, e manifestar a nossa alegria pelo seu retorno a esta Casa. Sabemos que V. Exa. liderará, com maestria, nossa bancada e o bloco de oposição. Esperamos que aqui seja o espaço preconizado institucionalmente para o debate democrático. Que, de fato, façamos o debate, não escamoteemos nenhuma questão e não fuçamos de enfrentar o contraditório, porque sem isso esta Casa perde o sentido e o valor.

Sabemos que o governo possui ampla maioria. Realmente ele pode conduzir todas as questões da forma como quiser, mas não pode suprimir o direito da minoria de manifestar-se, de emitir opinião, porque representamos parcela significativa do eleitorado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é um tema que, na legislatura passada, explorei por muitas vezes. O tema diz respeito à questão da mineração no Brasil, em Minas Gerais e, particularmente, na minha querida Paracatu. Lá há uma grande mineradora de ouro, uma multinacional canadense. Trata-se hoje da maior mina de ouro do Brasil em atividade, produzindo - previsão para este ano - 17t de ouro com o menor percentual de ouro de uma mina a céu aberto do mundo. São 0,4g de ouro por tonelada de estéril movimentada. Portanto é uma grande mina a céu aberto que assusta aqueles que passam por Paracatu. Quem vem de Brasília ou a ela vai, pela BR-040, passa por Paracatu e se depara com uma visão assustadora. A paisagem é lunar. O ambiente parece destruído por uma grande devastação. Esse é o ambiente da Mina de Ouro Kinross em Paracatu.

Estamos diante de uma grande possibilidade de mudança desse quadro. Refiro-me à regulamentação, à normatização e ao controle da exploração minerária no Brasil. Ontem a Presidente Dilma abriu para consultas, tornou público o novo Plano Nacional de Mineração, que subsidiará, após os próximos 30 dias de consulta pública, o debate e a efetiva implementação, regulamentação e formatação do novo marco legal da mineração no País. Acredito que estamos diante de uma grande oportunidade. Além de muitos pontos que o documento traz - isso também está estabelecido lá -, considero primordial a revisão profunda da tributação da mineração. O caso do ouro, por exemplo, é sintomático, emblemático: 1% de Cfem; 1% de “royalty” sobre o ouro.

Nobres colegas, qual atividade é tributada dessa maneira? Nesse caso, o ouro, particularmente o de Paracatu, é integralmente exportado, livre de ICMS, por causa da Lei Kandir.

Portanto, é uma atividade que não paga nada, ou melhor, paga 1%, ficando o Município com 0,65%, a Federação com 0,12% e o Estado com 0,23%. Assim, é fundamental que nos debruçemos sobre a construção desse novo marco regulatório da mineração no Brasil: isso é importante para o País, para o Estado e, como já disse, para Paracatu.

Para ser justo, quero dizer que em Paracatu a empresa Kinross vem tentando fazer alguma coisa para mitigar e compensar o profundo impacto ambiental produzido pela mina de ouro a céu aberto. Vem investindo na implantação do parque estadual - um grande parque do cerrado que está sendo implantado pelo governo do Estado em Paracatu -; no projeto de recuperação do Córrego Rico, que corta a cidade, apesar do atraso no cronograma inicial; e na ampliação do hospital público municipal. Lembro que a ampliação do hospital será inaugurada no próximo domingo, dia 13/2, e que dos mais de R\$5.000.000,00 investidos, a contribuição da mineradora será de pouco mais de R\$1.000.000,00 e a do Município, de R\$2.000.000,00. Os restantes R\$2.000.000,00 serão da Faculdade Atenas, que mantém na cidade o curso de Medicina e que, portanto, está colaborando e gerindo essa reforma para, por uma parceria com a Prefeitura, poder utilizar o hospital, de maneira associada, nos estágios e acompanhamentos desse curso.

Toda essa colaboração por parte da mineradora é algo muito bom, mas temos de afirmar categoricamente que é muito bom, mas muito pouco. No último dia 2 de fevereiro, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais celebrou um termo de ajustamento de conduta - TAC - com a mineradora, considerando que esse compromisso representa uma mudança substantiva. O Ministério Público chega a dizer, por nota em seu “site”, que ele representa um novo paradigma. Acharmos que houve aí uma evolução, sim, mas não a consideramos tão grande quanto julga o Ministério Público. Mas tivemos alguns avanços ao longo desses anos. Desde 2005, cobramos insistentemente da mineradora e do Ministério Público uma definição, que finalmente saiu, sobre o arsênio. A grande dúvida que paira sobre a população de Paracatu é se há ou não há o perigo de contaminação pelo arsênio fruto da exploração do ouro. Para esse fim, o Ministério Público pactuou com a mineradora a elaboração de um estudo epidemiológico e ambiental, feito por empresa ou organismo autônomo, indicado pelo Ministério Público - portanto, isento. Também acertou a criação de uma rede de monitoramento da qualidade do ar da cidade, para avaliar a quantidade de partículas, grandes e pequenas, em suspensão, e a presença ou não do arsênio nessas partículas e ainda para disponibilizar esses dados em tempo real, pela internet, para os órgãos ambientais de controle - isso é muito importante, por sinal. Também vimos defendendo e cobrando há muito tempo algo que realmente considero um avanço: a constituição de um fundo garantidor para a reparação dos danos ambientais: para o fechamento da mina, para o controle e o monitoramento permanente, enquanto durar, dos aterros das barragens de rejeito. Nesse fundo, a empresa está se comprometendo a depositar ano a ano R\$1.000.000,00, para garantir essas atividades, que se iniciariam ainda em um momento de plena atividade da empresa; portanto, imediatamente.

Está prevista ainda nesse TAC a transferência de R\$12.000.000,00 pela mineradora para investimentos em projetos ambientais, particularmente em reservas nas áreas de proteção integral, na Bacia do Rio São Francisco. Sabemos que o Rio Paracatu é um dos maiores contribuintes do Rio São Francisco. Portanto, consideramos essa medida extremamente saudável.



Sr. Presidente, gostaríamos de trazer uma questão que consideramos fundamental. O Ministério Público publicou uma nota em sua página da internet sobre essas medidas que vêm compor esse esforço perseguido por ele. No discurso institucional da empresa, também está presente essa ideia de que, dessa forma, estamos trabalhando para garantir o desenvolvimento sustentável - no caso do Município de Paracatu. No nosso ponto de vista, quando se trata de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável, precisamos muito mais que isso, muito mais que a reparação ambiental, muito mais que a mitigação e muito mais que a compensação ambiental. Precisamos, efetivamente, Deputado João Leite, dar apoio financeiro e fomento ao empreendedorismo local, tendo em vista a diversificação da base produtiva do Município, a diversificação de suas atividades produtivas, investindo, particularmente, nas vocações latentes e potenciais da localidade.

Por exemplo, em Paracatu temos a possibilidade concreta de investimento na indústria do turismo, bem como na indústria do conhecimento, pois a cidade já é considerada universitária. Também consideramos fundamental o apoio à produção dos muitos assentamentos de reforma agrária de Paracatu, além do investimento na produção da agricultura familiar. Consideramos, portanto, os avanços do TAC celebrado com o Ministério Público. Sempre defendemos o fundo, o monitoramento, o controle da qualidade do ar e o estudo epidemiológico e ambiental que, aliás, já foi encomendado pela Prefeitura e vem sendo realizado. No entanto, entendemos que é preciso fazer mais.

Deputado Elismar Prado, faço agora referência a esta atividade tão lucrativa: o ouro. No caso da mina de ouro de Paracatu, foram 17t ao preço do dólar atual, e o lucro líquido dessa empresa no ano passado - este ano aumentará ainda mais - foi de mais de R\$1.000.000.000,00. Portanto, fazem um investimento no montante aqui exposto e acham que está tudo bem, que já fizeram o papel ambiental. Entendemos que não, que isso é muito pouco.

Antes de passar a palavra ao Deputado Elismar Prado, concluirei fazendo uma homenagem e um convite. Gostaríamos de saudar um bloco carnavalesco da nossa cidade, o bloco cultural Pão Moiado. Esse bloco nasceu em 1988, no centenário da Abolição da Escravatura, e tem uma relação direta também com o passado histórico da cidade de Paracatu. Ao longo desses 23 anos, vem sempre trazendo temas contundentes, com muita alegria e irreverência, para a população de Paracatu, tentando despertar a conscientização das pessoas. O convite é para que a população de Paracatu observe com atenção a temática levada pelo bloco cultural Pão Moiado para a avenida neste ano, pois tratará exatamente da degradação ambiental, da recuperação ambiental, do desenvolvimento sustentável de Paracatu, ou seja, do futuro da nossa cidade.

Por fim, Sr. Presidente, queremos dizer que consideramos a licença social algo além do licenciamento ambiental formal e legal, que a empresa já tem para o seu projeto de expansão - uma atividade prevista para os próximos 30 anos. Devemos considerar o que estamos denominando de licença social. Quem concede a licença social para um empreendimento dessa ou de outra natureza é a população do Município. Portanto, vamos trabalhar firme para que a licença social para a mineração de Paracatu só seja concedida quando a empresa Kinross Gold pactuar volumes capazes de garantir o efetivo desenvolvimento sustentável da cidade.

Saúdo mais uma vez os nobres colegas e deixo o convite a todos para acompanharem de perto a discussão do novo Plano Nacional de Mineração, porque é de grande interesse para a constituição do novo marco regulatório da mineração no Brasil, que interessa, de maneira particular, ao Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Tadeuzinho Leite - Antes de mais nada, cumprimento a nova Mesa da Assembleia neste primeiro biênio, assim como o Deputado Dinis Pinheiro, grande colega e companheiro. Tenho certeza de que ele ajudará esta Casa a progredir ainda mais daqui para a frente. Cumprimento também o meu colega do PMDB, Deputado José Henrique, nosso Vice-Presidente, que também tanto nos honra, representando nosso Partido na Mesa neste primeiro biênio. Cumprimento os amigos, pares presentes, e os telespectadores da TV Assembleia, que hoje nos acompanham neste primeiro pronunciamento.

Subir a esta tribuna como o Deputado mais jovem da Assembleia mineira em toda a sua história me enche de orgulho. Ao mesmo tempo, pesa sobre mim uma grande responsabilidade. Tenho, junto a alguns colegas presentes, a missão de provar que a juventude mineira tem muito a contribuir com esta Casa. É claro que tenho muito a aprender com os Deputados mais experientes e, por isso, pretendo tirar proveito da convivência com os grandes homens públicos que, a partir de agora, terei a honra de chamar de colegas Deputados. “A humildade é o primeiro degrau para a sabedoria”, ensinou São Tomás de Aquino.

Mas também quero contribuir, colocando à disposição desta Casa muita energia, vontade de trabalhar e novas ideias, que espero tornar concretas por meio dos muitos projetos que pretendo apresentar.

Como os colegas presentes, fui eleito para representar todos os segmentos da sociedade, mas, em particular, tenho um compromisso com a juventude, que muito contribuiu para a minha eleição. Programas sociais para a juventude, mais vagas no ensino público, acesso à universidade, cursos profissionalizantes e oportunidades para alcançar o primeiro emprego são bandeiras que pretendo carregar com entusiasmo. O esporte, como fator de transformação da sociedade, principalmente agora que estamos próximos de sediar uma copa do mundo e uma olimpíada, também deve merecer uma atenção especial. Como ex-atleta e um dos fundadores do time de vôlei BMG - Montes Claros, que foi vice-campeão brasileiro no ano passado e este ano briga novamente pelo título, sei como o esporte pode ser usado como instrumento de socialização de nossos jovens e como ele envolve de forma positiva a sociedade.

Também represento nesta Casa, com muita honra, a população de Montes Claros, cidade onde nasci e onde meu pai, Luiz Tadeu Leite, é Prefeito pela terceira vez. Com ele aprendi muito e quero colocar em prática muitos dos seus ensinamentos nestes próximos quatro anos na Assembleia. E é com muito prazer que trago uma grande notícia para Montes Claros e toda a região do Norte de Minas na minha estreia nesta tribuna: graças a um trabalho conjunto, que contou com a minha participação, com o apoio importante do governo federal e com o esforço do Prefeito Tadeu Leite, conseguimos levar para Montes Claros um novo empreendimento que representa a geração de mais emprego e renda para a população. Hoje, desde as 9 horas da manhã, teve início a operação de uma unidade da empresa de “call center” AeC em Montes Claros.

Para se instalar na cidade, a AeC, quinta maior empresa de serviços de “contact center” do Brasil, contou com o apoio da Prefeitura Municipal, que doou uma área para a construção da unidade.



Essa operadora, que desenvolve um grande trabalho em Minas Gerais, gerando milhares de empregos, passa a operar também em Montes Claros, abrindo inicialmente 600 postos de trabalho, tendo como sua primeira cliente a TIM. Muitos jovens foram selecionados e, a partir desse novo empreendimento, terão a oportunidade do primeiro emprego.

Isso é apenas o começo. Essa nova unidade, que consumiu investimentos de cerca de R\$18.000.000,00, terá capacidade para operar entre mil e duas mil posições de atendimento, com boa possibilidade de ampliações futuras.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. pela posse na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Deputado mais jovem desta Casa. Também faço parte da bancada jovem, pois sou o terceiro Deputado mais jovem. Cumprimento-o pela excelente votação e por representar a cidade de Montes Claros e o Norte de Minas. Essa é uma região muito gostosa, onde todos são tratados com muito carinho, amor e atenção, e está muito bem representada por V. Exa. e por outros colegas.

Cumprimento também a Prefeitura de Montes Claros pela brilhante conquista para a cidade e para os jovens, com a chegada dessa nova empresa na área de “telemarketing”. E, como homem do esporte, cumprimento V. Exa. pela plenitude do esporte em Montes Claros. É muito bom ver uma cidade investindo no esporte, que é muito mais do que lazer e entretenimento, é prevenção à droga e ao crime. Nosso país investe muito em cadeias e pouco em esporte. No momento em que se investir mais em quadras, campos, piscinas, tatames etc., menos necessário será investir no combate às drogas e na recuperação de detentos.

Também cumprimento V. Exa. pelo trabalho que já vinha fazendo pelo vôlei de Montes Claros, cuja equipe é conhecida nacionalmente como Pequi Atômico. Trata-se da maior média de público do vôlei brasileiro, e esse trabalho nasceu das mãos de V. Exa. e da Prefeitura de Montes Claros. E agora o futebol, por meio do Funorte, que já está fazendo uma campanha destacada no campeonato mineiro.

Parabéns e sucesso. Que V. Exa. tenha um brilhante mandato, pois nosso Estado precisa dessa renovação e da experiência dos outros colegas. Obrigado.

O Deputado Tadeuzinho Leite - Obrigado. Sei que V. Exa. contribuirá muito nessa nova bancada jovem.

Como a geração de empregos, além de ser uma das nossas maiores metas, é o anseio da população norte-mineira, essa é, com certeza, uma notícia a ser comemorada. Serei ainda um ferrenho defensor dos interesses do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, regiões onde tive grande apoio na caminhada para chegar até aqui e que, apesar de terem muitas riquezas e um grande potencial, ainda sofrem as mazelas provocadas pelas desigualdades sociais.

Nesse sentido, quero conchamar meus colegas Deputados que representam essas localidades a reagrupar a bancada do Norte, como forma de nos unirmos em defesa dessas regiões. Apesar das justificadas ausências dos Deputados Gil Pereira e Carlos Pimenta, convocados a integrar o secretariado do Governador Anastasia, sei que a bancada do Norte trabalhará unida nos próximos quatro anos. Além dos colegas Deputados Arlen Santiago, Paulo Guedes e Ana Maria, a bancada poderá contar com o apoio dos recém-chegados Deputados Luiz Henrique e Neilando Pimenta, dignos representantes de Teófilo Ottoni e do Vale do Mucuri.

Como representante do Norte, Jequitinhonha e Mucuri, vejo com imensa simpatia a iniciativa do nobre colega André Quintão, que, na semana passada, desta tribuna, sugeriu a realização de um fórum técnico para discutir a erradicação da miséria em Minas Gerais, iniciativa que muito poderá ajudar essas regiões onde se concentram os menores IDHs de todo o Estado.

A união dos esforços do governo federal, que por meio do Presidente Lula fez história no combate à fome nas regiões mais pobres do País, e do governo do Estado, que também tem bons programas, poderá criar um modelo de combate à miséria nunca visto antes. O governo federal tem grandes projetos de inclusão, como os programas Bolsa-Família, Pronaf e Minha Casa, Minha Vida. Já o governo de Minas tem iniciativas interessantes no mesmo sentido, como os programas Leite é Vida, Cidadão Nota 10 e Poupança Jovem. Existem ainda programas conjuntos, como o Luz para Todos e o Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais - PCPR -, antigo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP.

Se conseguirmos fazer com que todas essas iniciativas sejam implementadas de forma coordenada, alcançaremos resultados magníficos. É possível que, a partir de uma ideia oriunda desta Casa, consigamos acabar de vez com a vergonha de ainda convivermos com bolsões de pobreza extrema em nossa Minas Gerais.

Nas muitas andanças que fiz pelo Norte e pelo Jequitinhonha, principalmente durante a campanha, pude comprovar que, apesar dos muitos avanços conquistados nos últimos anos, ainda é possível deparar-se com situações em que pessoas vivem em condições subumanas. Cabe a nós, políticos, intervir para que não existam mais excluídos em nosso Estado. É nossa obrigação, até mesmo como cristãos, criar mecanismos para que sejam oferecidas a todos pelo menos mínimas condições de sobrevivência. Venho a esta tribuna parabenizar a iniciativa do colega Deputado André Quintão e manifestar meu total apoio à realização do fórum técnico de erradicação da miséria.

Como caçula desta legislatura, e ao usar pela primeira vez esta tribuna, que já abrigou alguns dos maiores homens públicos da história deste país, quero encerrar dizendo que o simples fato de apoiar e participar de iniciativas como essa já me faz sentir um grande orgulho por fazer parte desta Casa. Obrigado, Presidente, nobres pares e telespectadores da TV Assembleia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, colegas Deputadas e Deputados, o que me traz à tribuna é justamente esta preocupação do Bloco Minas sem Censura no que diz respeito ao requerimento formulado por nosso Líder, Deputado Rogério Correia.

Antes de adentrar-me mais nessa reflexão, quero fazer um parêntese. Respeito muito a preocupação manifestada pelo ilustre Deputado João Leite. Quero até mesmo reafirmar que nós, que compomos a Oposição nesta Assembleia, que somos base de sustentação do governo da nossa Presidente Dilma Rousseff em Brasília, não temos medo de nenhum debate. Não há essa preocupação. Estamos abertos ao debate de qualquer tema que se queira discutir tanto aqui em Minas quanto em Brasília, até mesmo, ilustre Deputado João Leite, porque o debate ajuda a esclarecer certos equívocos, como o de dizer que a fábrica de Betim será fechada.



A fábrica de Betim não será fechada. Pelo contrário, dos 10 bilhões de investimentos novos que a empresa fará no Brasil, 7 bilhões estão destinados a Betim. Haverá um aumento da produção de 100 mil veículos por ano, além do número de postos de trabalho na nossa montadora nessa cidade. O Presidente Lula fez uma inovação. Ele, em virtude da política de desenvolvimento do Nordeste, atraiu para Pernambuco os outros 3 bilhões que seriam investidos na Coreia do Sul. Minas continua ganhando com nossa maior empresa montadora de veículos, a Fiat Automóveis.

Não há essa preocupação, podemos debater. Todavia, há algo que me preocupa, Deputado João Leite. Não posso acreditar - e não acredito por não ser do seu feitio, da sua índole - que V. Exa. esteja levantando questões pertinentes ao governo federal com intuito de esconder um problema doméstico deste Estado.

Não posso acreditar que V. Exa. esteja levantando essas questões para disfarçar ou fugir do debate das leis delegadas em Minas Gerais. Tenho a plena convicção de que não é do seu feitio. Quero dialogar, então, é com V. Exa. e com as Deputadas e Deputados desta Casa. O convite à Secretária Renata Vilhena é de fundamental importância. Qualquer pessoa de bom-senso, de espírito democrático não pode recusar esse convite.

Quero fazer uma ponderação. Já a fiz pessoalmente na reunião de ontem com o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que muito bem salientou na reunião que ele não é o Presidente do PSDB na Assembleia Legislativa, mas sim o Presidente de todos os Deputados. Lá estivemos, Deputados João Leite, com 19 sindicatos, como o Sindieletro, o Sindifisco, o Sind-UTE-MG, o Sind-Saúde, o Sindipúblicos, o Sindicato do Tribunal de Contas. Enfim, os servidores públicos de Minas Gerais estão perdidos, sem informação sobre o conteúdo do código de leis delegadas formulado pelo Governador Anastasia. Código de leis sim, porque a inovação deste ano foi que o Governador fez uma das leis delegadas com 257 artigos, mexendo em toda a infraestrutura do Estado, aumentando em 1.314 os cargos comissionados, aumentando o adicional para o servidor que exerce o cargo comissionado de 30% para 50%. Em Minas, em vez de se valorizar a carreira transparente, republicana, em que o servidor, por avaliação de desempenho, por tempo de serviço, tem a sua promoção, Deputado João Leite, optou-se por uma carreira paralela, dos apaniguados, dos comissionados que recebem o calaboca do adicional. Então se pega aquela pessoa que reza pela cartilha do governo, que recebe adicional, e coloca-a para chefiar os outros, congelando o salário dos servidores de carreira. O servidor quer entender essa lógica. Qual é a lógica do Estado? É a do apaniguamento, da proteção? Queremos entender isso, Deputado João Leite. A única coisa que estamos pedindo é que a Secretária Renata Vilhena compareça a esta Casa para esclarecer essas questões.

Perdoe-me o nosso Presidente, que ponderou que poderíamos esperar a formação das comissões, que há tempo para isso. Olha, para o servidor não há tempo. As leis delegadas foram formuladas no mês de janeiro inteiro. A Secretária Renata Vilhena, que coordena esse processo, tem pleno conhecimento das questões. Qual é o problema de ela vir aqui para nos explicar? Será que há alguma coisa para esconder? Ora, a discussão é a essência do Parlamento. Já fomos derrotados o ano passado porque achamos, sim, uma excrescência a lei delegada, pior que a medida provisória. Essa lógica é básica. A medida provisória, editada pelo Presidente, é uma aberração sim, mas o Congresso, o Parlamento vota-a. Há prazo para votá-la. Não achamos ser o melhor dos caminhos, mas nem isso a lei delegada permite. Diga-se de passagem, Deputado João Leite, que a emenda que o nosso bloco de oposição apresentou no ano passado, sugerindo que fosse adotado o mesmo procedimento da medida provisória, ou seja, cada lei delegada formulada deveria ser discutida e aprovada por esta Casa, foi derrotada pelo bloco do governo. Ela foi derrotada por quê? Nobre Deputado Rômulo Viegas, ilustre professor, catedrático, V. Exa. acha correto um Parlamento calado, que não discute, subserviente, que sirva como um mero "office boy" do Poder Executivo? Tenho a convicção de que V. Exa. não concorda com isso. Ilustre Deputado Bosco, que tão bem vem representar aqui a cidade de Araxá, será que o povo daquela cidade concorda em eleger V. Exa. para ser aqui uma vaquinha de presépio? Tenho a certeza de que o povo de Araxá não concorda com isso. A discussão é um princípio da democracia. Qual é o problema da Secretária vir aqui explicar, abrir o debate imediato, fazer essa exposição? A nossa preocupação é a defesa do debate. Quem sabe com isso conseguiremos corrigir alguns erros, entender, por exemplo, a que servirá o escritório de prioridades políticas, ou melhor, desculpem-me, o Deputado Rogério Correia fala tanto nesse escritório de prioridades políticas que acabamos esquecendo qual é realmente o nome, que é Escritório de Prioridades Estratégicas. Para que ele serve?

Na verdade, é um estado paralelo coordenado pelo Governador do Estado, uma célula-tronco do Estado dentro do próprio Estado. Só queremos entender isso. Para ser republicano, o Presidente da Casa tem de convidar imediatamente a Secretária, a qual compete dizer se virá ou não, se tem disponibilidade para vir e ouvir os Deputados. Não considero correto a Mesa fazer esse papel. Quer dizer, não é papel dela fazer esse anteparo entre Parlamento e governo.

Portanto, Deputados, esta é a nossa ponderação: não vamos tapar o sol com a peneira. Vejo aqui um dos maiores democratas deste Estado e relator da Constituinte Mineira, o ilustre Deputado Bonifácio Mourão. Tenho a grande convicção de que V. Exa., como um grande parlamentarista que é, não será contrário a esse debate nesta Casa nem julgará que devemos esperar. Ora, colegas e companheiros, montaremos as comissões. Quem sabe até sexta-feira dará certo. Na semana que vem a Casa para, porque o Plenário ficará ocupado para a realização de um grande evento institucional, que é o nosso seminário sobre o desenvolvimento de Minas. Depois haverá o carnaval. Será que este Parlamento seguirá a velha máxima que afirma que tudo só funciona depois do carnaval? Com muito prazer, concedo um aparte ao Deputado Rogério Correia, nosso Líder.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, fiz questão de apartear-lo para justificar a minha ausência no Plenário, que se dará em função de uma reunião do nosso Bloco Minas sem Censura, agora, às 16 horas e, além disso, dizer que concordo com V. Exa., que explicou muito bem a posição do Bloco em relação ao tema que estamos discutindo, que são as leis delegadas. Creio que é um tema de interesse também da Assembleia Legislativa, porque tem uma influência direta na vida e no funcionamento do Estado, das Secretarias, inclusive dos próprios Deputados, que precisam saber que funções da Secretaria foram modificadas, a quem se dirigir e quais Subsecretarias tratarão de determinado tema. Portanto é um debate que nos interessa. Na verdade, não estou dizendo que outros debates não nos interessem, mas não podem ser contrapostos. É claro que quero debater sobre desenvolvimento regional em Minas e no Brasil e como desenvolver as regiões mais pobres. Por exemplo, o Nordeste pode continuar sendo discriminado e não ser agraciado também com o desenvolvimento industrial e tecnológico. O Presidente Lula fez muito bem



em, juntamente com o governo, incentivar o desenvolvimento nas regiões mais pobres do Brasil como, por exemplo, fez em Minas Gerais, quando levou a usina de biodiesel para Montes Claros. Na verdade, essa cidade foi escolhida exatamente porque está inserida na região do Estado em que o Presidente Lula promoveu um desenvolvimento maior na agricultura familiar, na produção de mamona e de soja em alguns setores. É óbvio que interessamos em fazer essa discussão e a faremos. Acredito que discriminar o Nordeste, como sempre se discriminou, é muito ruim, pois se criam bolsões de miséria, como no Jequitinhonha e no Norte de Minas. Essas regiões precisam de um incentivo a mais, evidentemente sem que Minas Gerais seja prejudicada. V. Exa. citou muito bem o exemplo da Fiat. O preconceito com o Nordeste precisa acabar. Essa é uma discussão importante a ser feita, assim como o desenvolvimento regional e as suas bases.

No entanto, isso não é um impedimento para o outro debate. Foi nesse intuito que cobrei da Presidência resposta ao requerimento que apresentei em primeiro lugar, para um tema que é real. Não estou inventando nada. Na verdade, são leis que foram fabricadas pelo governo. Não sei por que o governo agora se nega a vir à Assembleia Legislativa. Talvez seja porque não tenha a explicação do gasto de R\$53.000.000,00, segundo a própria Secretária. Estamos fazendo um levantamento para verificar se não foi superior a isso. Deputado Carlin Moura, esse debate precisa ser feito. Queria apenas dizer isso. Queremos que esse tema seja analisado. Não consideramos justo que a Mesa da Assembleia engavete o requerimento. Até quando os requerimentos ficarão engavetados? Se for assim, a Assembleia Legislativa perderá o seu valor e será uma Casa apenas de distribuição de emendas parlamentares em parte A ou B do Estado, o que é muito pouco. Não fomos eleitos para exercermos apenas essa função, mas também as de legislar, debater e fiscalizar. Isso é nosso dever. Não concordamos, portanto, com o engavetamento dessas questões. Deputado, esse era o aparte que queria fazer. Sei que o debate continuará, mas peço licença para me ausentar porque haverá reunião do Bloco. Espero a presença de V. Exa. lá. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado pelo aparte, Deputado Rogério Correia. Apenas reafirmando, não se trata de mero preciosismo da nossa parte pedir, solicitar e tentar convencer sobre a importância da presença imediata da Secretária a esta Casa. Poderia sustentar que pouca diferença faria se fosse daqui a 15 dias ou um mês, mas faz grande diferença, sim, porque o conjunto das leis delegadas modificou profundamente a vida de vários servidores públicos; e essa compreensão é importante. Aliás, há informações importantes. Lembro-me como se fosse hoje, quando na discussão no ano passado sobre a implementação do piso salarial do professor da rede estadual de ensino, em que Minas optou por não aplicar - optou, sim, por outro caminho, o do subsídio -, e o grande argumento do Estado era que Minas já estava no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Ora, numa primeira informação, por meio da imprensa, da mídia, dos 1.314 cargos comissionados, o impacto financeiro foi de 54 milhões, e como fica esse limite da LRF? Ou a LRF só se aplica quando vai tratar do servidor de carreira, do concursado, do barnabé que está ali todos os dias suando a camisa para construir este Estado? E, quando se trata dos cargos comissionados, dos protegidos, daqueles que vão compor a máquina, a LRF não é aplicada.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputado Carlin Moura, faço questão de apartear-lo não só pelo fato de ter sido citado por V. Exa., mas, num primeiro momento, para cumprimentá-lo pela reeleição, por ter vencido mais um desafio e continuar trilhando aqui os seus caminhos políticos, através desta Casa Legislativa, que é honra de todos nós, mineiros.

Gostaria de dizer, Deputado, que em momento nenhum discordo de V. Exa. em relação ao seu pensamento, à sua visão sobre a questão da lei delegada que foi votada nesta Casa no ano passado, quando aqui ainda não estávamos. Certamente V. Exa. tem suas razões e tem, realmente, de debatê-las. Quero também dizer a V. Exa. que foi com muita honra que participamos da campanha do atual Governador, Prof. Anastasia. Tenho certeza de que tanto nós como a cidade de Araxá e toda a região do Alto Paranaíba contribuimos de forma importante para a eleição do Governador. Sei também do respeito, do reconhecimento que o Governador tem para com este Poder. Mas, mesmo tendo nós participado da sua eleição, contribuído para a sua vitória, temos aqui uma outra incumbência, que nos foi delegada também por intermédio da nossa eleição: estamos aqui não para servir ao governo; estamos aqui para servir ao povo de Minas Gerais. Somos amigos, sim, do Governador, fazemos parte, sim, da sua base de apoio, mas estamos aqui para atuar e trabalhar com liberdade, defendendo os interesses do Poder Legislativo e, claro, buscando parcerias necessárias com o governo. Então, estou aqui para somar, e não para ser fantoche, vaquinha de presépio, de forma alguma. Tenho certeza de que não é isso o que a região, o que o povo de Minas espera de todos nós. E não é isso que está dentro dos nossos ideais políticos.

Então, era isso que gostaria de registrar, mas, acima de tudo, gostaria de cumprimentá-lo pela sua reeleição.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte, Deputado Bosco. Também tenho essa plena convicção. Pelo caráter e pelo passado de V. Exa., tenho certeza absoluta de que V. Exa. cumprirá fielmente e honrosamente o múnus público, o mandato que o povo de Minas, principalmente o de Araxá, lhe concedeu.

Concordo integralmente com o pensamento de V. Exa. As eleições já passaram. As eleições se deram legitimamente, e nós reconhecemos os eleitos, tanto a Presidenta Dilma como o Governador Antonio Augusto Anastasia. Não é essa a discussão. A única questão que queremos discutir e que estamos apresentando aqui se refere à importância do debate e do esclarecimento. Por se tratar de lei delegada que exclui originalmente a participação do Parlamento na sua elaboração, é natural que, neste momento, tenhamos maior ansiedade por esclarecimentos.

Deputado Bosco, saio à rua e não consigo responder a uma pergunta básica: qual foi o impacto financeiro que as leis delegadas acarretaram sobre os cofres do Estado? Confesso aos senhores que não sou um "expert" em economia, não sou da área, mas, sem desmerecer nenhum colega, deixo a pergunta a qualquer um dos colegas que queira esclarecer-me, para que venha me dizer qual foi o impacto financeiro do conjunto de leis delegadas do Governador Anastasia no mês de janeiro. Se alguém souber esclarecer-me, ficarei muito agradecido. Agora, se ninguém souber, tenho a convicção e a certeza de que a Secretária Renata Vilhena saberá esclarecer-nos a questão.

Não quero que ela venha nos esclarecer apenas depois do Carnaval, pois o povo continua trabalhando e não podemos esperar passar o Carnaval para termos essa resposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



O Deputado João Leite* - Saúdo o Deputado Doutor Viana, ex-Presidente desta Assembleia Legislativa, e o Líder do nosso Bloco. Gostaria que o nome do Bloco fosse: Minas, o melhor lugar para se viver. Como dizem os nossos patrícios portugueses, gosto mais desse nome, mas temos o nosso Bloco e estamos juntos e firmes. Saúdo também os Deputados presentes e os telespectadores da TV Assembleia.

Aproveito a oportunidade a mim concedida pelo Líder do nosso Bloco, Deputado Bonifácio Mourão. Esse Deputado merece todo o nosso carinho e respeito. Ele foi um grande Prefeito da nossa Governador Valadares, aquela terra tão querida. Há um tempo, ríamos - o Deputado Bonifácio Mourão não estava nesta Casa ainda - quando, em campanha, a Presidente Dilma foi a Governador Valadares, olhou o Rio Doce e saudou os moradores de Juiz de Fora. Fez uma confusão entre o Rio Doce e o Rio Paraibuna. É um prazer muito grande tê-lo aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos desafiados aqui. Esclareço que não temos os valores, mas sim os cargos. Foi dito que, com as leis delegadas, foram criados 1.300 cargos e que elas possuem não sei quantos artigos, mas o governo do PT e do PMDB, com uma canetada, com uma medida provisória, com autoridade olímpica, criou 500 cargos. Foram 500 cargos com uma medida provisória! Além disso, criou mais uma empresa pública. E ainda há uma briga entre o PMDB e o PCdoB para saber quem será o dono dessa fatia. Eles estão em guerra. Será um jogo duro para saber quem mandará nesse lugar.

Deputado Bosco, havia na Grécia Antiga um pessoal que era muito esperto: os sofistas. Para eles valia o bom discurso. Se conseguissem convencer as pessoas, estava bom, não importava se a questão estava acompanhada de justificativa ou se era correta. O que valia era o discurso, o convencimento. Esses eram os sofistas. Nesta Casa, por exemplo, eles aprovaram uma lei delegada. Deputado Bosco, eu era Líder da Oposição nesta Assembleia Legislativa e sofremos muito aqui. Era uma delegação para mudar o salário dos servidores do Estado, que não queríamos votar, porque queríamos ver a tabela. Mas fomos chamados de inimigos dos servidores; fomos caçados; das galerias, jogaram-nos entulhos. Por fim, resolvemos votar. Vejam que os líderes daquele governo estão nesta Casa e hoje falam contra ela, mas à época defenderam com toda a garra a lei delegada que alterou a tabela de vencimentos dos servidores e acusaram o PSDB de ser inimigo dos servidores. Sofistas! Fazem o bom discurso de que o Parlamento não pode se dobrar, mas, ao mesmo tempo, o Parlamento se dobra com uma medida provisória que cria 500 cargos.

Como disse anteriormente, Deputado Viegas, o PT pegou emprestado por oito anos o ex-Presidente do Banco Central e nosso ex-companheiro de partido, Henrique Meirelles, que não está satisfeito com o valor oferecido para ser o mandachuva dessa nova empresa criada. Veja, Deputado Bosco, temos de saber dessas coisas, pois não podemos ser convencidos pelos sofistas; precisamos nos inteirar de mais documentos e saber da história. Diz um ditado hebraico que o povo que não conhece a história não tem futuro. Portanto, temos de conhecer a história; temos de saber como as coisas acontecem. Precisamos ter cuidado, porque o sofista é sedutor; ele vai te elogiar e tentar te convencer. Por isso, é importante discutirmos algumas questões pautando-nos por números. Deputado Bosco, será que um escritório de estratégia em que se reúnem Secretários de Estado é ruim? Um lugar para se planejar é ruim, mau? Um lugar em que os Secretários de Defesa Social, de Saúde e de Educação se encontram para fazer um planejamento é algo ruim? Precisamos ser cuidadosos, tendo em mão todos esses dados.

Basta olharmos para os números que estão aqui e que são muito claros. Na sequência que tenho, estão dados da Bahia, referentes à retirada do polo acrílico de Ibitaré para o polo de Camaçari, na Bahia. Estamos falando em US\$600.000.000,00 que seriam investidos e na criação estimada de 10 mil empregos. Com todo o amor pelo Nordeste, será que Ibitaré, que recebe todo o impacto ambiental dos efluentes da Refinaria Gabriel Passos, não merecia? Isso precisava ser levado para o polo de Camaçari? Por isso, Deputado Bosco, temos de ter em mão os documentos. Além disso, temos a questão de Recife. Minas Gerais foi surpreendida com o anúncio da Fiat de investir R\$3.000.000.000,00 na nova planta, em Cabo de Santo Agostinho, no Recife. A Fiat vai investir R\$3.000.000.000,00, mas o governo a isentou, com números robustos, fortíssimos e impressionantes: são R\$4.500.000.000,00 de renúncia fiscal, do dinheiro do povo; 15 mil empregos gerados na região; R\$5.000.000.000,00 no aporte de recursos na chegada da Fiat Powertrain Technologies. Vejam que, quando saiu a medida provisória, fez-se uma abertura para que todas as empresas se instalassem lá. Não foi só a Fiat que saiu, não! Temos de fazer um levantamento de todas as que saíram.

Agora, não venham dizer aqui que isso é perseguição aos nordestinos ou algo assim. Somos Deputados de Minas Gerais. Este Estado recebeu a Fiat, e essa empresa cresceu aqui. O que aconteceu foi uma punhalada do PT e do PMDB nas costas dos mineiros. O Deputado Vanderlei Miranda está aqui e sabe muito bem o que é gerar 15.000 empregos. De cara, perdemos 25.000 empregos.

É com muito prazer que concedo um aparte ao Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Bloco Minas, o Melhor Lugar para se Viver.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado João Leite, é um enorme prazer apartear um Deputado com a dimensão de V. Exa. Minas Gerais inteira sabe da verdade que estou falando.

Primeiramente, gostaria de assinar embaixo e ratificar tudo que V. Exa. está dizendo, mas também fazer um esclarecimento sobre a lei delegada. Embora eu não estivesse aqui para ter o prazer de, juntamente com V. Exa., aprovar a lei delegada, gostaria de ressaltar que essa lei se baseia na Constituição mineira. Da mesma forma que a Constituição Federal prevê a medida provisória, a Constituição mineira prevê a lei delegada. O Lula utilizou por tantas e tantas vezes a medida provisória, e, agora, o Governador Anastasia se baseia na Constituição mineira para remeter o projeto de lei delegada aqui para a Assembleia aprová-la. Então, se alguém discordar de lei delegada, precisa discordar primeiro da Constituição mineira. Seria o caso de entrar com uma emenda constitucional para eliminar esse artigo da Constituição e, na mesma hora, eliminar a medida provisória da Constituição Federal. Certamente isso agradaria em cheio a todos aqueles que se insurgem contra a medida provisória.

Ademais, não discutimos a questão de trazer a Secretária Renata Vilhena, da Seplag. Com certeza ela virá. Na verdade, precisamos da presença dela para discutirmos as leis delegadas. No entanto, discutiremos em um lugar próprio, como na Comissão de Administração Pública. Dessa forma, discutiremos a lei delegada tecnicamente. Aqui no Plenário não teríamos a oportunidade de entrar na questão e amiar a lei delegada para discuti-la, oferecendo subsídios aqui nesta Casa.

Temos a lei delegada durante o ano inteiro para discuti-la, então, por que tem de ser necessariamente agora, nesta semana ou na outra? Temos muito tempo para discuti-la, só que a Presidência está entendendo muito bem que o momento oportuno será quando as



comissões forem constituídas, o que já aconteceu. Todos aqui sabem por meio do Regimento Interno que as lideranças têm o prazo de cinco dias para indicar os membros das comissões, e isso também já foi feito. Portanto, daqui a poucos dias, já teremos as comissões formadas e, com certeza, a presença da nossa Secretária Renata Vilhena.

Por exemplo, o Deputado Carlin Moura fez referência a um dos itens da lei delegada, quando o Governador propôs um adicional aos funcionários efetivos que ocuparem cargos em comissão. Em vez de censurar, elogio esse dispositivo, pois ele estimula o servidor público a cada vez mais trabalhar e conseguir progredir. Não sei se o Deputado Carlin Moura sabe - acredito que sim, porque ele é bem informado -, mas 80% dos cargos em comissão do atual governo vêm de servidores efetivos. Isso é um estímulo para que eles ocupem cargos comissionados. Se o Governador quisesse, poderia muito bem nem tocar nesse assunto. Por se tratar de um cargo comissionado de plena confiança, ele poderia chamar pessoas de fora. Por que ele está estimulando os efetivos? Evidentemente que é porque ele tem a melhor das intenções.

Deputado João Leite, V. Exa. fez algumas referências, comparando com o governo federal. É uma pena que alguns Deputados estejam saindo deste Plenário neste momento, pois gostaria muito que eles ouvissem o que tenho a dizer. Estou aqui com o jornal "Hoje em Dia" do último domingo, e não sei se eles o leram. Pelo menos seria interessante que ouvissem a observação que farei aqui. (- Lê:)

"Má gestão emperra obras na BR-381", V.Exa. deve ter lido essa matéria, "Ministério do Planejamento contratou, sem licitação, uma Oscip que cobrou caro, recebeu e não concluiu o projeto". E a notícia começa assim: "O Ministério do Planejamento contratou, sem licitação, o Movimento Brasil Competitivo - uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip - para realizar projeto de otimização da duplicação das BRs-381 e 101, mas o serviço não foi concluído e existem indícios de sobrepreço." Mais a frente, continua: "As conclusões são do Tribunal de Contas da União - TCU -, que começou a investigar o contrato em 2003, ano em que foi firmado, após denúncia do Ministério Público Federal. O resultado das análises com a constatação das irregularidades foi levado ao Plenário do Tribunal e teve o aval dos Ministros no segundo semestre do ano passado." Sabem quem foi o Ministro relator? O ex-Ministro do Lula, José Múcio Monteiro. Vejam V. Exas., Deputado João Leite e Deputado Bosco, ele está censurando toda a situação, dizendo que os responsáveis por essa irregularidade saíram do Ministério do Planejamento e hoje estão lotados na Petrobras, no BNDES e assim por diante. Mais à frente da notícia, o Ministro Monteiro diz que apenas quatro laudas foram feitas, cobrando aquele absurdo. O trabalho não foi feito, e a BR-381 continua como a rodovia assassina, como todos sabem, ligando Belo Horizonte a Governador Valadares. Ela é objeto de frente parlamentar e de outros movimentos, mas sua obra não sai por motivos como esse, divulgado no jornal "Hoje em Dia".

Então, vejam V. Exas. que estamos precisando corrigir muitas coisas neste país a partir desse tipo de procedimento.

Agradeço muito a V. Exa. Amanhã estarei nesta tribuna para agradecer a indicação dos nossos colegas para a liderança de um dos blocos de apoio ao governo, quando teremos a oportunidade de manifestar os motivos os quais nos levam a defender o governo Anastasia.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte) - Parabenizo o Deputado João Leite por essa iniciativa. Creio que teremos aqui condições de aprofundar muito esses debates da Situação e da Oposição.

Fiquei atento ao seu pronunciamento e considero muito válido lembrarmos um pouco do passado, algumas decisões tomadas pelo ex-Presidente Lula, amparado por medidas provisórias. Cito rapidamente o caso da Usina Belo Monte, que deve estar deixando os ambientalistas deste país praticamente sem cabelos. Há discussão de analistas técnicos que demonstram a incapacidade técnica de resolver o problema. Deputado João Leite, segundo a análise, não conseguirão resolver a demanda porque a usina está distante do centro dos consumidores e é caríssima. Não resolverão o problema da perda de potência porque o trajeto é longo e foi feito por uma decisão pessoal. O Congresso Nacional - a base do governo Lula - apoiou a decisão. Por que não considerarmos a biomassa, as decisões ideológicas?

Então, no caso específico do Parlamento Mineiro, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a grande maioria, como eu e V. Exa., apoiamos o Governador Anastasia porque acreditamos na competência dele, da sua equipe de governo e da Secretária Renata Vilhena. Temos certeza de que não fugiremos de nenhum debate, mas as coisas precisam ficar mais claras. É preciso saber o que a Oposição realmente quer e não simplesmente instalarmos o confronto. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado João Leite* - Eu lhe agradeço. Quero agradecer ao Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Bloco Minas, o Melhor Lugar para se Viver, que traz mais luz às questões expostas aqui.

Gostaria de alertar nossos colegas dos blocos para essa tática. É importante ter as outras informações. Acabou de falar o relator da nossa Constituição, e a lei delegada é prevista nela.

Além disso, o jornal "Hoje em Dia" é um documento. Vejo o Márcio Fagundes, articulista desse jornal, acompanhando os nossos trabalhos neste Plenário. O jornal "Hoje em Dia" é um documento importante e retrata um parecer do Tribunal de Contas da União, que mostra a realidade. Não se enganem: os que estão aqui são os mesmos que apresentaram, no governo do PT e do PMDB, uma lei delegada que defenderam ardorosamente.

Por fim, foi dito que o Presidente Lula fez muito bem em retirar a Fiat de Minas Gerais e em retirar o pólo acrílico de Ibité. Não concordo com isso, os dados são robustos. O Presidente fez bem em, durante oito anos, não fazer avançar um metro sequer do metrô de Belo Horizonte? Fez bem em deixar ser ocupada a via desapropriada do Calafate ao Barreiro? Fez bem em deixar o Anel Rodoviário e a BR-381 dessa maneira, com sangue derramando? O PT e o PMDB têm uma dívida com Minas Gerais, e lembraremos isso aqui permanentemente.

Alguém que usou a tribuna disse que não tem medo. Nós também não temos medo. Eu já fui candidato a cargo majoritário duas vezes, nas quais o PT me derrotou. É muito ruim ser derrotado, mas esse sentimento deve passar. Continuei a minha vida. É preciso avisar a eles que a eleição acabou. Eles continuam pensando que aqui é um palanque eleitoral. Deixem o competente Governador Prof. Anastasia governar. Obrigado.

* - Sem revisão orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/2/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel

exonerando, a partir de 29/1/11, José do Espírito Santo Filho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;
exonerando, a partir de 29/1/11, Sivanilton Quintanilha do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;
nomeando José do Espírito Santo Filho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;
nomeando Sivanilton Quintanilha para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Cherem

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/11, que nomeou Ana Luiza Fonseca Campolina para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/2/11, que nomeou Caio Márcio Goulart para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Helio Ribeiro do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Paulo da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

exonerando Renata Pereira José do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

exonerando Wagner Gomes da Paixão do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Caio Márcio Goulart para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Helio Ribeiro para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Paulo da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Renata Pereira José para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Wagner Gomes da Paixão para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

nomeando Eliane Aparecida Carneiro Moreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

exonerando Dásio Nunes Otoni do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Dásio Nunes Otoni para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rômulo Veneroso

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 4/2/11, que nomeou Elias Gaspar de Araujo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Alexandre da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ione Carvalho Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sirlei de Almeida Morais para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Delvito Alves, Vice-Lider do PTB.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia, verificada na edição de 29/1/2011, na pag. 95, col. 2, sob o subtítulo “Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel”, onde se lê:

“exonerando, a partir de 31/1/2011, João Luiz Ribeiro”, leia-se:

“exonerando, a partir de 29/1/2011, João Luiz Ribeiro”.

Sob o mesmo subtítulo, onde se lê:

“exonerando, a partir de 31/1/2011, Margarida Gomes Magalhães Garcia”, leia-se:

“exonerando, a partir de 29/1/2011, Margarida Gomes Magalhães Garcia”.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia, verificada na edição de 1º/2/2011, na pág. 56, col. 4, e nas págs. 57 e 58, cols. 1, 2, 3 e 4, no ato de exoneração dos servidores Adriana Graças Marinho, Alex da Silva Carvalho, Alexandre Afonso Silva Notini, Alexandre Barros de Souza, Aluizio de Paula da Silva Junior, Ana Paula Palumbo Almeida, André Rodrigues Rabelo, Anísio Maria da Glória, Aparecida Corrêa de Oliveira, Archimínio Antonio de Oliveira Almeida, Braz Henriques Siqueira, Carla Elias de Souza, Claudia Assis Costa, Consuelo Maria de Assis, Cristiano Cesar Figueiredo, Daiane Barbosa de Oliveira Timo, Danielle Fernanda Quirino dos Santos, Douglas Antonio Machado, Eduardo Antônio Souza Lages, Erlon Fernandes de Paula, Evandro Duarte Oliveira, Fabiana Otoni França Castro, Fernanda Mara Arcanjo Magaldi, Flávia Aparecida Siqueira Pereira de Souza, Frederico Zerlottini Isaac, Gilberto Fernandes Duque, Gilmar de Almeida Campos, Gilmara de Jesus Silva, Grazielle Gonçalves, Israel Siqueira de Oliveira, Ivan Torres Paulino, Jairo César Pinheiro da Silva, Jaques Alberto Lage, João Paulo Reis Valverde, José Flávio Barroso Madaleno, Karina Augusta Rodrigues Silva, Lidia Paula dos Santos Amaral, Luciano Ayres Furtado, Marcelino Jardim Campos, Marcelo Augusto Antunes de Carvalho, Marcia Albuquerque Carneiro, Márcia Maria de Paiva Borges Martini, Marco Antônio de Souza Freitas, Marco Aurélio Manhães Alves Pereira Júnior, Marcos Alexandre Figueiredo, Marcos Cesar Ribeiro Pereira, Maria Alice Tito, Maria da Gloria de Miranda, Maria de Lourdes Oliveira Lopes Garcia, Mariângela Duarte Sampaio Miranda, Marlene Arcanjo Campos, Murilo Evangelista de Almeida, Neide Gonçalves de Oliveira, Nilton José Borges, Paulo Renato Caldeira, Regilania Ernestina Venturato, Sebastiao Alves Costa Caldeira, Sheyla Rachid, Sílvia Meire Ferreira Amorim, Simone Ferreira Amorim, Tânia Mara Santos Rodrigues, Viviane Aparecida Correia Ramos, Washington Herbert de Carvalho Pereira e Wellington Rodrigo Aguilar, onde se lê:

“exonerando, a partir de 1º/2/2011”; leia-se:

“exonerando, a partir de 29/1/2011”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia, verificada na edição de 1º/2/2011, na pág. 58, col. 4, exclua-se o nome “Júnia Carvalho Pereira” do grupo “Assistente Legislativo I” e inclua-se no grupo “Assistente Parlamentar”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia, verificada na edição de 1º/2/2011, na pág. 60, col. 2, sob o subtítulo “Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel”, no ato de exoneração dos servidores Ana Flávia Loyola Antunes Pereira, Bruno Henrique de Oliveira, Daniel Fagundes Silva, Eliane Aparecida Dias Simões, Elina Cristina Santos Naveira, Guilherme Castro Sandy Reis, Hailton Dias de Moura, Jeane Pereira de Souza, José Cândido de Souza Filho, Laís Lima Santos, Leonardo Vilella Moraes Antunes, Lívia Diniz Oliveira, Marcos Fabrício Teixeira de Almeida Neves, Maria Cristina de Souza, Maria José Baesse de Sousa, Roberto Wagner Dias de Jesus, Sheyla Aparecida Costa, após a palavra “exonerando” acrescenta-se “a partir de 29/1/2011”.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 8/2/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/2/2011, na pág. 77, col. 3, inclua-se, no sumário, após “Propostas de Emenda à Constituição nºs 1 a 7/2011”:

“Projeto de Lei nº 5/2011 (ex-Projeto de Lei nº 1.369/2007)”.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 8/2/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/2/2011, na pág. 79, col. 2, após a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2011, inclua-se:

“PROJETO DE LEI Nº 1.369/2007

Dispõe sobre isenção do pagamento das tarifas de consumo de energia elétrica para famílias de baixa renda.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída, com base no art. 40, § 5º, da Constituição do Estado, a isenção de pagamento da tarifa de energia elétrica e dos encargos decorrentes desse serviço para famílias de baixa renda.

§ 1º - Para fins desta lei, será considerada família de baixa renda aquela que possuir renda mensal “per capita” máxima de até um salário mínimo local, excluídos os valores recebidos a título de auxílios previdenciários e demais programas assistenciais municipais, estaduais e federais, como o Bolsa-Família e similares.

§ 2º - Observado o disposto no parágrafo anterior, a comprovação da renda poderá ser feita por qualquer meio legalmente hábil, inclusive pelo cadastro de programas assistenciais como o Bolsa-Família, entre outros.

§ 3º - A referida isenção valerá apenas para imóveis exclusivamente residenciais da área urbana ou rural, ficando garantida para o consumo de até 100 (cem) KWh por mês, sendo devidos os pagamentos somente daquilo que exceder esse limite.



Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei em sessenta dias, garantindo o aporte dos recursos financeiros necessários à implementação do benefício, observadas as exigências da competente dotação orçamentária.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de julho de 2007.

De iniciativa popular

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.”.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/2/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/2/2011, na pág. 116, col. 3, sob o título “REQUERIMENTOS”, no requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, acrescente-se à relação dos subscritores o nome do Deputado Jayro Lessa.